



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DA SÉ

Supervisão de Esportes

Rua Álvares Penteado, 49, 4º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000

Telefone: 33971200

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA SÉ DO ANO DE 2024.

INICIATIVAS SOLIDÁRIAS SÃO PONTOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE.

Ao sétimo (04) dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, em atendimento à convocação nº **15ª/2024** publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo, realizou-se a **26ª/127ª** Reunião Plenária Ordinária presencial, do Conselho Participativo Municipal da Sé, biênio 2022/2024, a partir das 19:00h, em segunda chamada, com qualquer número de Conselheiros presentes, reuniu-se o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura Sé, por meio de seus titulares, nas dependências da Subprefeitura Sé, com sede na rua Álvares Penteado, nº 49, Centro Histórico de São Paulo/SP.

Os trabalhos foram presididos pela Coordenadora do Conselho Participativo Municipal da Sé, Sra. **MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES**, pelo Secretário Sr. **ANTONIO RONALDO DOS SANTOS**, juntamente com à autoridade ali presente, o interlocutor da Subprefeitura Sé o Sr. Cel. **JOSÉ EDUARDO BEXIGA**. Estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros: **DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB; FÁBIO BENINI CABRAL; FÁBIO LÚCIO SANCHEZ; MARIA LILIAN GALVARRO PENA; ROBERTO JORGE REGENSTEINER; ROSANGELA ZANON MONTEIRO; ROSE MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA; STELA DE CAMARGO DA DALT.** Conselheira assistindo remotamente: **ELISABETE ANTOLINO; YOO RI KIM.** Conselheira não justificada **INÊS LUCCHESI DE CARVALHO.** Múncipes presentes: **HAMILTON SIMÕES PIRE; BÁRBARA CAVALCANTI; THIAGO DE JESUS MONTEIRO; ROSE NAVE ROSA DE OLIVEIRA; ADRIANA MARIA CARBONELL GRAGRANI; SUELI SEUTTI; TARCISIO G. FAMA; RUBENS CARVALHO DA ROCHA; ROSALIA LARRUBIA; GIOVANI.**

ITENS DE PAUTA:

CONVOCAÇÃO 15ª/2024

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL DO CPM/SÉ (26ª/127ª)

O CPM/SÉ convoca a todos os Srs. Conselheiros Participativos Municipais da Subprefeitura Sé e convida os demais interessados, a participarem no próximo dia **04 de novembro de 2024 (segunda-feira)** às 18h:30m, da **26ª** Reunião Ordinária do CPM/SÉ (Biênio 2022-2024), na sede da Subprefeitura da Sé, situada a rua Álvares Penteado, nº 49, a fim de analisar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

PRIMEIRA PARTE

1. Fala Inicial da Coordenadora, Secretário-Geral, ou em exercício, o interlocutor;
2. Boas Vindas e apresentação dos representantes do poder público, e/ou autoridades presentes;
3. Leitura de pauta; sucedido de eventuais pedidos de alteração ou inclusão de itens de pauta;
4. Abertura para ouvir as demandas de Zeladoria Urbana trazidas por Múncipes e Conselheiros;
5. Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas por múnicipes e conselheiros;

SEGUNDA PARTE

6. Interrupção do Fornecimento de Energia na Bela Vista/Bixiga;
7. Pesquisa da Secretaria de Saúde sobre a Cracolândia;
8. Esplanada da Liberdade;
9. Ação da Operação delegada sobre os Ambulantes;
10. Debate e providências sobre a verba remanescente do programa Orçamento Cidadão do PLOA 2025.

TERCEIRA PARTE

11. Informes Gerais e Agradecimentos.

Informamos a todos que, não havendo quórum **esta reunião irá começar rigorosamente às 19:00h**, em segunda chamada, com qualquer número de Conselheiros presentes, de acordo com o **Art. 22º da Portaria nº 2/PREF/CC/SERS de 28 de fevereiro de 2020**. Comunico ainda que **a Ata será publicada em Diário Oficial contendo a pauta, horário e local, deliberações tomadas, lista de presença e resoluções** bem como, ao Art. 8º, constante a **Portaria Secretaria Municipal da Casa Civil- CC nº 12 de 03 de setembro de 2024**, que dispõe sobre o funcionamento do Conselho Participativo Municipal.

São Paulo, 25 de outubro de 2024.

Sra. MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES – COORDENADORA

Sr. ANTONIO RONALDO DOS SANTOS – SECRETÁRIO-GERAL

Após leitura da pauta, a coordenadora perguntou ao pleno se teriam alguma inclusão de item de pauta.

FORAM INCLUÍDOS NA PAUTA DOIS ITENS: 1º) HOSPITAL DA BELA VISTA;

ITEM 4: demandas de zeladoria urbana, trazidas por munícipes e conselheiros.

MUNÍCIPE ADRIANA MARIA CARBONELL GRAGRIANI: Manutenção de calçada da Praça Amadeu Amaral, altura do nº 84. Os pequenos postes (preto-amarelo) de proteção, foram derrubados por caminhão, causando perigo na locomoção de pedestres com o gravame que fica perto da entrada da praça frequentada por crianças.

MUNÍCIPE BÁRBARA CAVALCANTI: Conforme orientação da CCZ, Corap. Zoonoses, na reunião do dia 01/10/2024, realizada na secretaria do verde e meio ambiente com a presença da Coordenadora do Conselho Participativo Municipal Sé, venho por meio desta demanda solicitar encarecidamente que o CPM solicite ao metrô de SP, a captura, castração e devolução dos Gatos que vierem no terreno “a venda” (do metrô) na avenida João Teodoro com a rua Dom Antonio de Melo. Com um amigo, conseguimos atrair 3 fêmeas para o lado de fora e as capturamos. Hoje estão em lares temporários. Vão ser castradas e colocadas para adoção o mais rápido possível. Duas delas estão grávidas. Peço por favor que me avisem das datas de captura. Estamos cuidando e alimentando eles. Vamos tentar conseguir lares para todos, rua não é lugar para eles viverem. Conforme demandas levadas à reunião do dia 21/10/2024, com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Conselho Participativo Municipal Sé, CCZ, Corap, Zoonoses, venho, por meio desta, representando o “Projeto Gatos do Parque SP”, solicitar respostas/devolutivas dos assuntos abordados na reunião. Dentre eles, novamente de novo, explicações sobre a morte de 07 gatos, ocorridas no ano de 2023 e 2024. Os 07 por maus tratos, conforme a própria secretaria do verde e meio ambiente. Solicitação com urgência de um local no parque para deixarmos os gatos que precisam ficar isolados, com, por exemplo, gatos machucados que precisam de medicamentos. Solicitação com urgência para um gato que está machucado, com suspeita de carcinoma, para ter atendimento médico veterinário. Que ele seja amparado e acompanhado por um responsável do “projeto Gatos do Parque SP”.

CONSELHEIRA ROSA MARIA DAS GRAÇAS CORRÊA OLIVEIRA: Pedir ao CET para colocar placas de

proibido estacionar na rua Gusmões, principalmente entre as quadras da rua dos Andradas/rua do Triunfo. **LOGA:** Que retire o lixo deixado pelos vândalos, desocupados, deixados nas calçadas. **PSIU:** Quadra de esportes cito Rua do Triunfo nº 153/163 barulho excessivo até altas horas (segunda a segunda). **SUBPREFEITURA:** Definição sobre a invasão na rua dos Gusmões 210 a 250. Urgência de poda e avaliação de uma árvore, dentro da UVIS, pois a mesma pode cair em cima dos GASES do PSMBF (Pronto Socorro Municipal da Barra Funda). Arrisca haver explosão, causando perdas de pacientes, trabalhadores, transeuntes, condomínios, escolas..., um perigo a toda a comunidade. Já foi pedido a poda a mais de 2 anos até a STSSC veio na Subprefeitura Sé, bem como a OSS Nova Esperança “AFINE” fez pedido também.

Item 5: Devolutiva da Prefeitura quanto às demandas trazidas por munícipes e conselheiros.

AS DEVOLUTIVAS FORAM DADAS NA HORA PELO INTERLOCUTOR DA SUBPREFEITURA SÉ O SENHOR CORONEL BIXIGA.

Item 6: Interrupção do Fornecimento de Energia na Bela Vista/Bixiga.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Boa noite a todos, a questão da luz. Hoje, agora, o secretário RONALDO me deu um ofício, mas é referente à falta de luz em março deste ano, estou me referindo à falta séria e grave de luz no mês de setembro.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Mas isso aí foi causa da falta que esteve em março e nós mandamos o ofício a pedido do conselho e essa foi a resposta que iríamos ler na reunião anterior, que isso foi antes desse último acontecimento.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Sim, na verdade, e embora aqui está escrito as providências que a Prefeitura tomou primeiro envio ofício a Anel; Ação junto ao TCU; solicitação de revisão contratual; Ação Judicial; Ofício ao Procon e a Anel; embora todas essas providências tenham sido tomadas, continuamos aparentemente com o mesmo problema e continuamos com a falta de luz, onde moro ficamos 46 h sem luz e iam os técnicos lá dizendo que estavam impedidos de explicar porque não tenha luz e em segundo lugar que não havia nenhuma previsão de volta de luz.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Nós ficamos 3 dias sem luz.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Exatamente a luz foi embora na quinta-feira à noite no começo da noite e na minha casa faltou no sábado, então foi na quinta, sexta e quase no sábado inteiro 3 dias sem luz, então acho que precisa ser reforçado essa questão o que está acontecendo com realmente com a distribuição de energia dentro da cidade. É importante saber na Bela Vista especificamente no Bixiga, sempre a problemas de energia, então, por exemplo, tem festa da Achirópita o Bixiga fica sem luz, acho que sobrecarrega a carga de eletricidade de energia que se usaria vai para determinado lugar, desde que tenha às Obras do Metrô na estação 14 bis é o mesmo acontece, então há um problema no Bixiga que precisa ser revisto com serenidade.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Só que é assim, será que a Enel é a empresa ideal para fazer isso? Ela não está fazendo nada.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Nessa resposta dada, foi destacado que a Enel é uma concessionária de energia, com fiscalização realizada pela ANEL, que é uma agência federal. O Ministério de Minas e Energia também é responsável pela cobrança dessa fiscalização. A Prefeitura de São Paulo não tem cláusulas contratuais que permitam a fiscalização ou o cancelamento do contrato com a Enel, o que limita suas ações nesse sentido. Dessa forma, o que pode ser feito é solicitar alterações no contrato de concessão, mas isso não é uma responsabilidade exclusiva da Prefeitura de São Paulo. Qualquer prefeitura pode buscar alterações nesse tipo de contrato, pois as consequências afetam diretamente a população. O

processo envolve ações judiciais e encaminhamentos formais à ANEL, mas os resultados podem demorar. A recomendação aqui seria a de pressionar por respostas mais rápidas, mantendo a ação judicial como uma via de cobrança junto aos órgãos responsáveis, já que a Prefeitura não tem a autonomia para alterar diretamente o contrato de concessão.

O MUNÍCIPE GIOVANI: Só para esclarecer que a ANEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) não é um órgão do governo estadual, mas existe uma agência estadual similar chamada ACESP, que realiza a fiscalização junto com a ANEL. O papel do cidadão e dos equipamentos públicos é atuar como interlocutores, encaminhando questões ao Governo do Estado. No entanto, a responsabilidade pela fiscalização do fornecimento de energia deveria ser do Estado de São Paulo, que, juntamente com o governo municipal, tem falhado em agir adequadamente. A mesma situação ocorre com a Sabesp, que também não tem sido devidamente responsabilizada.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Então, o Governo Federal nos deixa para lá, não, o Governo Federal não deixa para lá, o senhor falou. Não, só quero entender o senhor falou da ACESP e aí o senhor falou para não cobrarmos o Governo Estadual, aí não porque quando é do Governo Federal nós não podemos.

A MUNÍCIPE ADRIANA MARIA CARBONELL GRAGRIANI: A discussão não deve se tornar um debate político, mas focar na resolução de problemas de energia elétrica, especialmente no Bixiga e outras áreas. Uma munícipe relatou uma árvore grande que ameaça cair há 2 anos, o que pode causar sérios danos. É necessário que Enel, Prefeitura e Anel se organizem para resolver a questão de forma eficiente. Podas inadequadas de árvores estão agravando os problemas, com galhos sendo removidos de forma errada, causando riscos de queda. A população de São Paulo exige luz, segurança e soluções eficazes para evitar prejuízos e danos. O CPM recomenda que as autoridades articulem uma solução definitiva.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Há responsabilidades compartilhadas entre diferentes esferas de governo, e cada uma deve agir dentro de sua competência. No caso das árvores, a Subprefeitura Sé realiza podas seguindo um processo técnico: um engenheiro-agrônomo analisa cada caso, podendo usar até ultrassonografia, e decide a poda necessária, seja programada ou emergencial. Para árvores próximas a fios elétricos, a responsabilidade é da Enel. Todas as árvores públicas são cadastradas com detalhes como idade, espécie e histórico de podas. Cada ação de poda é publicada no Diário Oficial, permitindo contestação antes da execução. Se alguém identificar erros nos procedimentos, pode denunciar para que medidas sejam tomadas, inclusive contra o responsável técnico. A Subprefeitura reforça que a avaliação e execução dependem de profissionais capacitados.

INCLUSÃO DE PAUTA: HOSPITAL BELA VISTA.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: No Hospital Bela Vista, uma inspeção realizada pela Vigilância Sanitária, Polícia Civil e Conselho Regional de Medicina revelou graves irregularidades: equipe médica insuficiente e despreparada, ausência de infraestrutura básica na UTI, como áreas para higienização e equipamentos para drenagem, e falta de isolamento adequado para pacientes com tuberculose. Devido a essas condições, o hospital foi interditado, e a Secretaria de Saúde recebeu um prazo de 30 dias para remover os pacientes que permanecem internados. Além disso, há relatos de problemas no abastecimento de água no Centro e no Bixiga, onde a pressão reduzida e interrupções frequentes estão causando transtornos, especialmente à noite.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Conselheira Silvia o Hospital é Municipal.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Sim, municipal em 30 dias para remover os pacientes que estão internados, que hoje é por volta de 100 pacientes, porque sempre foi um lugar muito pequeno, sem condições para vocês terem uma ideia a Secretaria de Saúde contratou, alugou o Hospital em um lugar que nem o elevador entra uma maca de Hospital, então ele já recebeu uma comunicação no ano passado para fazer as adequações, para fazer às adequações de um

elevador condizente para o Hospital, teria que tirar uns quatro leitos ou oito leitos por aí para poder fazer o espaço necessário para acomodar o elevador, hoje nesse Hospital existem unicamente dois elevadores para paciente que vão para a UTI, centro cirúrgico, visitante, levar comida, remédio, etc., a população do Bixiga.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Conselheira Silvia, quem coordena a Saúde ali, nesta região.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: É a **PAULETE SECCO ZULAR**, a coordenadora regional da Saúde Centro. A população do Bixiga pede que seja encontrado imediatamente um local para realmente alocar todo o Hospital e dar um atendimento necessário, porque não esqueçamos que a Prefeitura em janeiro deste ano, falou que não havia a necessidade de estar fiscalizando, precisa ser fiscalizado que é o funcionário profissional que está sendo contratado.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: A coordenadora de saúde do Centro, só diz que está tudo maravilhoso. Teve reunião na Secretaria de Saúde e ela disse que estava tudo maravilhoso.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Para vocês, vou mandar a matéria que passa na TV, eu tenho onde fazer a denúncia.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Poderíamos solicitar que viesse um Hospital dia em outro lugar, uma construção.

O SECRETÁRIO ANTONIO RONALDO DOS SANTOS: Sabe o que eles vão alegar? Vão falar que não tem terreno.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Gente, imóveis vazios existem, a Prefeitura teve uma arrecadação maior de todos os tempos.

O SECRETÁRIO ANTONIO RONALDO DOS SANTOS: Você sabe a briga que nós temos para conseguir um local para a UBS Bom Retiro.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Vamos deliberar, então nós podemos conversar isso com mais detalhes para nós fazermos um processo para encaminhar, já vai encaminhar direto inclusive nós estamos tendo reuniões na Secretaria de Saúde com o Secretário devido ao Bom Retiro, mas nós podemos incluir também o Bixiga.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Onde era o Perola Byington? Está dentro do Bixiga.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: É bom isso também dar sugestões.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: É perguntar prazos também quando eles estão pensando em resolver esse problema.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Tenho que fazer a ressalva de que em toda a região Central não tem um Hospital.

Item 7: Pesquisa da Secretaria de Saúde sobre a Cracolândia:

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: O CPM aprovou a realização de uma pesquisa abrangente sobre a Cracolândia, investigando aspectos sociais, de saúde, criminais, econômicos e seus efeitos no território. Apesar de ser uma proposta bem elaborada e aprovada pelo setor técnico, foi rejeitada por outro setor, alegando que a Secretaria de Saúde já tinha uma pesquisa semelhante em andamento. Essa decisão gerou questionamentos, pois o setor que rejeitou não era especializado em questões sociais.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: O órgão que disse isso não foi a Sub/Sé, não foi a Saúde que falou, foi a Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos (SEPE), nós pesquisamos isso. Conselheiro Fábio Lúcio você chegou a ler o retorno, depois que mandamos a defesa que fizemos juntos e nós enviamos, aí veio um retorno dessa Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos (SEPE), dizendo o seguinte não é que tenha um estudo conforme nós pedimos, mais cada órgão, por exemplo, a Secretaria de Saúde ela tem o estudo conforme nós estamos falando dela, referente a Saúde, a Secretaria de Segurança Pública ela tem o estudo dela, referente a Segurança.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A rejeição da pesquisa proposta pelo CPM sobre a Cracolândia, sob a alegação de que a Secretaria de Saúde realiza uma pesquisa "idêntica", é vista como um equívoco e um desrespeito. A proposta do CPM vai além das competências da saúde, abordando a valorização imobiliária, segurança pública e avaliação das políticas já implementadas na região, aspectos que não seriam foco da Secretaria de Saúde. Sem dados detalhados e históricos sobre a Cracolândia, o CPM não pode planejar ações eficazes. A pesquisa, sugerida para ser conduzida por uma instituição acadêmica respeitada, continua sendo essencial. Agora, busca-se formas de retomar o processo e corrigir o erro cometido.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Mas conselheiro Fábio Sanchez concordo com você, só que precisamos corrigir, a primeira inviável foi falando referente a Saúde, depois nós corrigimos dizendo que não é bem a Saúde, todos os órgãos cada um tem a sua competência para fazer que antes de agir eles fazem a pesquisa, então é a partir daí que nós temos que trabalhar.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Tá, mas novamente a nossa proposta de pesquisa é uma pesquisa ampla que envolve todos os setores. Nós CPMS não temos um adito, como chama um responsável pela área de Cultura, Segurança.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Se nós pedirmos uma pesquisa acadêmica do Hospital das Clínicas que é da Saúde, ela vai fazer somente da Saúde.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: É exatamente isso, ela não foca somente em um setor, ela é uma pesquisa ampla, então nós continuamos precisando dessa pesquisa ampla, entender a Cracolândia.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Então, para isso, nós temos que dizer quem vai fazer a pesquisa, entendeu.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A proposta de pesquisa sobre a Cracolândia, que incluía a sugestão de 3 ou 4 órgãos acadêmicos respeitados para conduzir um estudo multidisciplinar, alinhado às decisões do Conselho Participativo Municipal, é crucial para que o CPM possa agir de forma informada e fundamentada. Sem essa pesquisa, o conselho fica limitado a opiniões e suposições, tornando impossível tomar decisões precisas e eficazes. A rejeição da proposta, com base em um parecer equivocado, parece ter sido influenciada por fatores eleitorais, mesmo que o resultado da pesquisa fosse divulgado após as eleições. Agora que as eleições passaram, a necessidade de uma pesquisa ampla e abrangente permanece urgente, pois é a única forma de obter uma visão clara e completa sobre a Cracolândia, considerando as múltiplas áreas afetadas, como saúde, segurança pública, economia e urbanismo. A pesquisa proposta, de caráter multidisciplinar, é essencial para uma abordagem holística e eficaz. Com relação à pesquisa da Secretaria de Saúde, a falta de clareza sobre o conteúdo e os dados que ela contém só reforça a importância de a pesquisa do CPM ser realizada, já que o conselho ainda não tem acesso às informações detalhadas sobre a Cracolândia. O foco agora é encontrar maneiras de reapresentar e avançar com o pedido, garantindo que a pesquisa necessária seja conduzida por órgãos

acadêmicos respeitados, a fim de fornecer dados concretos para fundamentar as futuras ações do CPM e de outros órgãos responsáveis. Então ele registrou com base de uma pesquisa que não existe. Gente é pior a situação ainda.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Não sei se você ouviu o que falei. Foi esclarecido que, ao questionar sobre a pesquisa, a resposta foi que cada órgão responsável pela Cracolândia, como a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Saúde, possui sua própria pesquisa e age conforme os dados de cada área. Ou seja, não há uma pesquisa única e centralizada para a região, o que torna inviável a proposta de uma pesquisa integrada que o conselho havia sugerido. Diante disso, a questão agora é como o conselho pode proceder com um novo encaminhamento, considerando que as pesquisas de cada órgão não se relacionam com a proposta original do conselho.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Só completando há um problema gravíssimo que é o loteamento de áreas da Prefeitura no meio ambiente, isso acontece na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, para um vereador que não conversa com a Secretaria de Saúde, porque vai arrumar encrenca com o outro, então você tem projeto na área de Saúde dentro dos parques, não tem projetos dos idosos e deficientes dentro dos parques na área de Educação Ambiental, dentro dos Parques na área de turismo dentro dos Parques é um absurdo, porque está com outro vereador, então temos que estar acima disso, essa pesquisa é uma oportunidade.

O MUNÍCIPE CLEBSON CHARLES DE MENEZES SOUZA: Além de tratar a questão da Cracolândia, foi sugerido ao conselho que se proponha uma mudança na Política de Obras do município. Atualmente, os conselhos responsáveis por essas decisões incluem apenas membros da área de saúde ou órgãos técnicos, sem representação da sociedade civil, que é diretamente impactada. É apontada a necessidade de criar um mecanismo ou lei que permita a participação de associações ou órgãos representativos dos moradores e trabalhadores afetados, especialmente em casos como o da Cracolândia, que influencia a vida de quase 500 mil pessoas, além dos transeuntes e trabalhadores da região. A inclusão da sociedade civil é considerada essencial para uma abordagem mais democrática e eficaz.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Perfeito, acho que esse CPM é um lugar onde a sociedade civil se sinta representada, acho que é o lugar ideal para acesso a essa pesquisa.

A MUNÍCIPE ADRIANA MARIA CARBONELL GRAGRIANI: Esse interesse que tenho como munícipe, cidadã e às vezes vagando na questão da administração pública, posso afirmar que nenhuma Secretaria entra sobre a questão das drogas, não tem visão, não tem fala, relatórios mais isso que o conselheiro Fábio Sanchez falou que é essencial que há 40 anos se fala isso no Brasil, a qual é a multidisciplinaridade não existe, então é uma pesquisa concreta contra sonhos de pesquisa das Secretarias porque não existe a verdade é essa, estão andando para trás, então só queria registrar como munícipe a minha opinião.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Adriana, você tem todo o direito de dar a sua opinião, mas quero dizer que tem, sim, a pesquisa. Só queria dizer para você que no CICC que fica na rua Jorge Miranda, no metrô Tiradentes lá tem um grupo que se reúne semanalmente é uma equipe multidisciplinar que trabalha essas questões da Cracolândia o fato qual é o fato conselheira Rose sabe muito bem, não está resolvendo, por isso a nossa proposta da nossa pesquisa.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Foi mencionado que, desde a primeira reunião online, foi trazida a informação de que existe um grupo multidisciplinar formado por diversas secretarias da Prefeitura e do Estado (como Segurança, Saúde, Governo, Direitos Humanos e Habitação), que se reúne semanalmente para trabalhar nas questões da Cracolândia. Esse grupo, coordenado por um doutor da USP, realiza acompanhamento estatístico e análise das políticas implementadas na região, identificando o que funcionou ou não. O conselheiro sugeriu que o conselho solicitasse esses dados e considerasse

a possibilidade de se reunir com esse grupo, que tem encontros semanais e quinzenais para discutir o tema.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Qual o dia da semana.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Aí eu não sei, eles se reúnem semanal e quinzenalmente, eles abrem para passar esses dados para a sociedade civil, para a imprensa, para os órgãos interessados, para todo mundo.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Nunca chegou a esse CPM essa informação.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Em uma reunião extraordinária do conselho em fevereiro, foi claramente declarado que o CPM não estava interessado na pesquisa realizada pelo governo, pois ela era considerada parcial. O conselho expressou o desejo de uma pesquisa independente. Embora a pesquisa do governo já esteja servindo como base para implementar políticas públicas na região da Cracolândia, o conselho reiterou sua posição de que não a considerava relevante para suas necessidades. No entanto, se o conselho decidir reconsiderar e aceitar essa pesquisa, o conselheiro se compromete a atuar como interlocutor para garantir que o grupo tenha acesso ao trabalho. Ele também mencionou que foi feito um pedido para que um grupo do conselho participasse de uma reunião no CICC, ou que alguém da pesquisa fosse convidado para uma explanação sobre os resultados.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Só queria retomar que falei propus numa reunião do conselho, porque um representante não vir aqui, porque aqui estaríamos todos podendo conversar com ele. Fiz essa proposta.

A MUNÍCIPE ADRIANA MARIA CARBONELL GRAGRIANI: Minha proposta é simples o Conselho Participativo Municipal Sé faz um convite para uma reunião conjunta para discutir o resultado das pesquisas num local e horário a ser definido e junta para trocar ideias.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Adriana a Secretária do Vice Governador Felício Ramuth ofereceu para nós participarmos dessa reunião da devolutiva não essa reunião que é fechada, mas nós podemos como Conselho Participativo solicitar a reunião.

A MUNÍCIPE ADRIANA MARIA CARBONELL GRAGRIANI: Porque essa reunião é fechada.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Essa reunião fechada trabalha a parte estratégica que está sendo utilizada.

O MUNÍCIPE ADRIANO: É de voluntários?

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Não são de técnicos. Essa reunião é estratégica operacional.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A colocação da cidadã faz sentido, estamos aqui no Conselho Participativo Sé da Subprefeitura Sé, cuja Cracolândia é o maior problema, porque nós não participamos.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: A reunião não é de pesquisa, a reunião ela é feita semanalmente, ela analisa os resultados, ela define as operações e ela define tecnicamente.

O MUNÍCIPE CLEBSON CHARLES DE MENEZES SOUZA: Só uma colocação a respeito disso, para quem se lembra primeira audiência pública que teve na Alesp, então o vice-presidente da comissão parlamentar da Constituição e Justiça do Estado o Major Mecca atual presidente ficou decidido que essa reunião a sociedade civil teria uma representatividade na pessoa da Associação Geral do Centro. Isso foi decidido lá nessa audiência pública, onde várias instituições estavam lá e levantaram a mão a favor nós nunca fomos chamados para fazer parte.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Obrigada Charles, então vamos fazer o seguinte, vamos pedir oficialmente ao Major Mecca essa resolução que a partir daí nós conseguimos uma entrada lá ok.

A MUNÍCIPE ROSALIA LARRUBIA: Só uma dúvida essa reunião que embasa pesquisas seria para operação, mas a pesquisa que foi solicitada pelo conselho não é para estudos de políticas públicas que darão certas ou não.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Respondo, sim, essa reunião semanal, ela é uma reunião operacional.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: De uns dos agentes responsáveis pela Cracolândia que é o Governo do Estado.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Não, Governo, Prefeitura, Saúde, operacional.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Operacional, ou seja, está ficando uma determinada política pública.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Sim, então a reunião esse grupo define às políticas públicas, o estudo define às políticas públicas estratégico, às reuniões semanais servem para avaliação de como estão às políticas públicas e a operacionalidade das ações para colocar em prática essas ações estratégicas, por isso que essas reuniões são fechadas, a cada 15 dias eles fazem outra reunião essa sim aberta, que eles vão mostrar os resultados não vão falar, entrar no mérito operacional, essa reunião acho que vocês deveriam solicitar.

A MUNÍCIPE ROSALIA LARRUBIA: Só mais uma dúvida há quanto tempo isto é feito. Têm alguma avaliação para ver se deu certo ou não. Ela é ligada ao que está acontecendo na realidade lá do lado da conselheira Rose.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Está acontecendo acredito a 1 ano e 2 meses. Antes era essa mesma configuração, assim entrou o governo quase 2 anos. Tem bastante. Sim.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: O conselheiro Fábio Benini destacou a importância da independência do CPM em relação à sociedade civil e ao poder público, reforçando o papel do conselho em agir, avaliar criticamente e propor ações. A proposta de pesquisa sobre a Cracolândia busca analisar todas as políticas públicas aplicadas nas últimas décadas, projetar futuras ações e avaliar inclusive as políticas atuais. Portanto, a pesquisa deve ser conduzida de forma independente, sem se submeter à política pública vigente. Nesse contexto, foi sugerido que a pesquisa seja elaborada por uma entidade acadêmica respeitada para garantir imparcialidade e credibilidade no trabalho.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Aí vocês acham que não têm que ouvir esse grupo?

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A discussão reforça a necessidade de o CPM realizar sua própria pesquisa sobre a Cracolândia, mesmo diante da existência de outro grupo realizando estudos sem envolver o conselho. A ausência de convite para participar desse grupo não invalida a demanda do CPM por uma análise independente. Embora o conselho esteja aberto a participar de reuniões, como as do CICC, isso não substitui a necessidade de uma pesquisa própria, já que o trabalho do CPM segue no escuro quanto às questões da Cracolândia. A continuidade dessa pesquisa é essencial para embasar as ações e decisões do conselho.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Não respondi para você, respondi para as pessoas que falaram que não tinha pesquisa nenhuma a respeito, só isso. Expliquei que está sendo feito, não entrei no mérito, veja na Ata, veja na gravação, não falei nada sobre a pesquisa. A resposta foi para o municípe que falou que não tinha pesquisa, não estava fazendo.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Acho que primeiro lugar nós temos que achar já que o municípe Charles passou essa informação do Major Mecca, nós temos que pegar essa informação, só que nós temos que fazer valer o que está determinado se a população tem que participar, nós temos que pleitear, isso é uma coisa que estamos falando há muito tempo, então isso é a primeira coisa.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Citou os Princípios e Atribuições conferidas aos Conselheiros pelo Decreto 59.023/19, Art. 3º, inciso VII, que respectivamente dispõem sobre “zelo para que os direitos da população e os interesses públicos sejam atendidos nos serviços, programas, projetos públicos da região pontualidade, eficácia e eficiência”, bem como, o Art. 4º, inciso III, “zelar para que os direitos da população e os interesses públicos sejam atendidos nos serviços, programas e projetos da região e comunicar oficialmente aos órgãos de competentes em caso de deficiência nesse atendimento”; sendo assim o Conselheiro afirma que há sustentação legal para solicitar a participação do CPM/Sé, e para fazer qualquer tipo de ofício no sentido de contribuir com a municipalidade quer seja Estadual ou Municipal, para agregar conhecimentos enquanto cidadãos, e enquanto Conselho que representa sua área de abrangência.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Conselheiro Fábio Cabral, vou te pedir, como já você levantou e tal, se você tem como passar para nós como vamos fazer em documento solicitando passar essas informações para nós como artigo lei e tal e aí nós damos continuidade a isso ok.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Respondeu positivamente e recordou a necessidade de formalizar o encaminhamento, solicitando a participação do Conselho, a não ser que alguém mais tivesse algo diferente.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Sim é o que vamos fazer, agora o encaminhamento, vamos lá.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Queria sugerir o encaminhamento se havia e estar aberta a possibilidade de o CPM realizar essa pesquisa, então sugiro encaminhamento para reunirmos como o senhor Prefeito para pedir essa pesquisa e também encaminhar para reunião com o CICC para ver se às pesquisas que eles têm de alguma forma nos ajudem a elaborar o nosso edital para essa pesquisa. A ideia é manter a reunião com o prefeito.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: É porque eles disseram o seguinte primeiro porque era inviável, porque já havia uma pesquisa e aí nós fizemos uma contestação o conselheiro Fábio Sanchez, redigiu e nós encaminhamos, aí eles responderam dizendo que, na verdade, uma pesquisa conforme nós estávamos pedindo mais que cada órgão têm a sua própria pesquisa.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Acho que tem que citar essa deliberação do Major Mecca.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Então são duas solicitações, reuniões a com o Prefeito e a do CICC.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Agora entendi o encaminhamento que vai dar um trabalhão para montar tudo isso, agora o que você está pedindo é outra coisa.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: É uma reunião com o Prefeito para saber como nós vamos fazer essa pesquisa.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Depois que levantamos esses dados, aí nós

vamos ter subsídios, além disso, é isso, nós nos reunimos e falamos, está faltando isso e isso então fazemos o esboço.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Mais o CICC complementa não é.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: É o que estou falando, você quer que funcione ou quer impor alguma coisa.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: É a minha sugestão.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Nós queremos cumprir a sua sugestão, nós queremos exatamente isso.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A quantos meses estamos nisso.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Aguardamos às respostas.

Item 8: Esplanada da Liberdade.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A Prefeitura de São Paulo está propondo um projeto que visa unir três viadutos sobre a Radial Leste, o que ocuparia uma grande parte da Praça Almeida Junior, incluindo árvores, algumas das quais estão em risco de extinção. O projeto, chamado de "Lajotão da Liberdade", visa criar uma grande área de eventos, o que é visto como contraditório em relação às diretrizes de emergência climática, que priorizam a permeabilização do solo. O CPM solicita mais informações sobre o projeto e quer saber como pode encaminhar um pedido formal para que o responsável pelo projeto participe de uma reunião e esclareça os detalhes. Também foi observado que o projeto não foi discutido com os conselhos competentes, como o CPMU, que não foi consultado.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Só uma questão de ordem, a conselheira Inês mandou um ofício para a SP Urbanismo solicitando esclarecimentos sobre esse projeto, o que o SP Urbanismo respondeu para ela e com cópia enviou para nós com todas as informações do projeto, passo passar isso para vocês.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Indagou se haveria um Projeto.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Não tem projeto porque está em consulta pública.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: Gente teve uma reunião para discutir a Esplanada da Liberdade que aconteceu a mais ou menos um mês atrás na rua Barão de Iguape estive lá, estavam o Subprefeito da Sé, estava o pessoal do São Paulo e Parcerias, estava o pessoal de Projetos, cada um deles, falaram as pessoas que estavam no público, evidentemente muitas pessoas que estavam lá eram comerciantes e empresários da Liberdade e algumas pessoas levantaram a mão para tirar dúvidas sobre o que estava sendo feito e foi dito com todas as palavras, estamos aqui para anunciar que estamos fazendo isto e não para um diálogo com a população, sessão terminada.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Nessa aí foi o lançamento do projeto o Subprefeito foi convocado, mas ele também foi avisado no dia, porque ele avisou de outro projeto e nós mandamos e tudo mais, depois disso abriram para consultas públicas, mais quero acrescentar aqui no documento que vocês forem deliberar lembrar de um detalhe na interligação no canteiro central na Subprefeitura no tempo do Cel. Sales nós fizemos quilômetros de Jardim de Chuva lá embaixo também, então, além de todos os problemas que vocês falaram, só para nós lembrarmos que ali você tem um Jardim de chuva extenso bem no canteiro central da interligação Leste-Oeste, então mais um item também.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Quanto exatamente à metragem, Coronel. Abriu a calçada.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Foi bastante, foram trechos que foram feitos, alguns até ultrapassam ali para frente, mas são Jardins de Chuva, que foi um dos primeiros. Foi explicado o conceito do "Jardim de Chuva", uma iniciativa ambiental em que calçadas antigas foram removidas no canteiro central e substituídas por pedras quebradas, chamadas tachão, com uma camada fina de vegetação. O objetivo desse sistema é permitir que a água da chuva seja filtrada pelas pedras e retorne ao lençol freático, evitando enchentes, como as que ocorrem no Glicério. O Pacaembu foi o primeiro local a implementar essa estratégia, que foi um grande esforço da Prefeitura. A preocupação levantada é que, com o novo projeto para a Radial Leste, parte dos Jardins de Chuva será inutilizada, comprometendo essa política pública e seus benefícios para a drenagem da água da chuva.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Complementou a fala do Interlocutor, mencionando que no ano 2022, o CPM/Sé aprovou "Infraestrutura Verde" como uma das propostas priorizadas, a mesma foi eleita pela população na fase de votação, considerada posteriormente viável pela municipalidade, e implementada como política pública pela Câmara, e executada pela Sub Sé em 2023, reforçando a importância de se manter a infraestrutura verde, como citou, proveniente de iniciativa popular.

A MUNÍCIPE ROSALIA LARRUBIA: Tinha um conselho para tratar disso, o conselho não tinha sido formado em uma audiência só.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Comentou que que o Projeto de Lei 445/24, tratou-se justamente de uma anexação da "Esplanada Liberdade" na AIU – SETOR CENTRAL, e vê com gravidade essa espécie de aditivo à Lei, e informou que os Vereadores reduziram o intervalo entre as duas audiências previstas, e votaram em caráter de urgência, justamente para incluir na Lei 17.844/22, lhe causou estranheza esse "esforço", o que por consequência, prejudicou severamente o debate público, como também, notou a ausência de apresentação de diagnóstico e embasamentos técnicos para justificar a proposta do Executivo.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Quem é o responsável por esse projeto.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Acho que é SP Parcerias.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Sugestão para encaminhamento conselheira Silvia.

A CONSELHEIRA SILVIA CRISTINA MULE: No último final de semana, moradores do Bexiga, que possuem licença da Prefeitura para vender artesanatos na rua Galvão Bueno, foram informados de uma mudança nas regras. A partir de agora, eles só poderão expor suas mercadorias de segunda a sexta-feira, sendo impedidos de trabalhar aos sábados e domingos, quando há maior fluxo de turistas e pessoas visitando a região. Essa alteração é vista como relacionada ao projeto da Esplanada da Liberdade, que já está provocando mudanças no entorno da área, afetando diretamente os vendedores e seus meios de subsistência.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Alguma coisa importante na Liberdade na área do comércio está acontecendo. De qualquer forma, quero fazer uma sugestão de encaminhamento é avaliar o texto e mandar que nós mandemos um ofício para SP Urbanismo, solicitando a suspensão dos trabalhos para que se possa avaliar, que nós solicitamos um estudo de impacto ambiental dessa obra, porque não têm uma obra imensa que envolve já justifica o impacto ambiental e também já peço para incluir na pauta da próxima reunião essa questão novamente, nós vamos trazer às dúvidas a respeito do material enviado a conselheira Inês.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Outra coisa, conselheiro Fábio Sanchez, pelo que vi a Praça Almeida Junior têm muitas árvores, quaresmeiras e tudo mais e para fazer um projeto desses têm que fazer um projeto de manejo, quantas árvores serão retiradas onde serão plantadas, têm que pedir um projeto de manejo pelo menos saber o que está sendo feito.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: Solicitar tudo isso para a SP Urbanismo com urgência.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Porque nós vamos enviar e saber a resposta deles e aí já chamamos.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Pode se fazer até uma extraordinária se for o caso.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: No sentido de repudiar o lamento desse projeto, pedir o relatório de impacto ambiental, manejo e perguntar o que eles vão fazer com relação ao Jardim de Chuva feitas pela Subprefeitura Sé.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Também sugeriu que se colocasse em cópia o Conselho Gestor da AIU - SETOR CENTRAL, o CPMU e a PJURB, aos cuidados do Promotor Sr. Marcos Vinícius Monteiro.

O CONSELHEIRO FÁBIO LÚCIO SANCHEZ: A Praça Almeida Júnior, já foi cortada pela avenida dos Estados, já foi uma judiação aí, o que sobrou dela vai acabar agora.

Item 9: Ação da Operação delegada sobre os Ambulantes.

O CONSELHEIRO ROBERTO JORGE REGENSTEINER: Trouxe na forma de um ofício já, o munícipe Adriano e outras pessoas colocaram no grupo de zapp do CPM, uma série de vídeos mostrando conforme os PMS com coletes da Operação Delegada tratavam com brutalidade os ambulantes, apreendendo mercadorias, deixando uma senhora derrubada no chão agredida por vários homens sem dar aparentemente uma lista das mercadorias apreendidas a pessoa que não tinha direito foi um ato de covardia, falta de civilidade que deixou vários de nós indignados, então propus esse item de pauta.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Enquanto você procura conselheiro Roberto e você munícipe Adriano que trouxas os vídeos, aqueles vídeos estão editados é possível trazer o vídeo completo.

O MUNÍCIPE ADRIANO: Esses vídeos são os que me mandaram, posso pedir para eles mandarem completos.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Porque deixou claro lá que alguém te encaminhou, às pessoas que estavam passando pela situação ali, mas nós precisamos para levarmos uma questão dessa para encaminhar, a mesa encaminharia se o vídeo estivesse completo de forma que está ele está editado.

O CONSELHEIRO ROBERTO JORGE REGENSTEINER: O conselheiro propôs a redação de um ofício para solicitar esclarecimentos sobre os protocolos de fiscalização e apreensão de mercadorias. Com base em vídeos ilustrativos que mostram apreensões abusivas e desrespeitosas a ambulantes, o pedido é para entender quais leis, normas e portarias regem essas ações. O conselheiro questiona se as ações vistas nos vídeos estão de acordo com a legalidade e quer saber como é o procedimento oficial para a apreensão e devolução de mercadorias, já que tem recebido diversas denúncias de mercadorias sendo levadas, sem a devolução adequada, ou até mesmo destruídas. O objetivo é obter clareza sobre os protocolos e garantir que as fiscalizações sejam realizadas de maneira justa e legal.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Atentou para dois pontos importantes, primeiramente, quanto à jurisdição do CPM ser de natureza municipal, e sendo a Polícia Militar de competência estadual, o Conselho de controle social adequado seria o CONSEG. Destacou que embora coincidentemente, o Interlocutor do CPM seja um oficial da

Polícia Militar, o que facilitaria a denúncia, o mesmo não ocupa tal atribuição enquanto atua na Prefeitura. Continuou o Conselheiro, explicando que não seria adequado fazer juízo de valor antecipado, e considera essencial que haja cautela. Por outro lado, declarou-se favorável à sugestão de oficial a Prefeitura, solicitando esclarecimentos sobre qual seria o protocolo de fiscalização adotado, e caso necessário, também enxerga como positiva a possibilidade de encaminhar o caso à Corregedoria, que seria a responsável por realizar essa apuração. Mas reforçou que cabe ao Conselho Participativo Municipal conhecer e monitorar os protocolos de fiscalização ao comércio irregular da Prefeitura e da Subprefeitura, até da Operação Delegada, tão somente.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: A resposta à solicitação de esclarecimentos virá após a apuração do caso e dentro da legislação aplicável. Foi esclarecido que a Polícia Militar, quando atua na "atividade delegada", está exercendo uma função municipal, embora seja uma corporação estadual. Portanto, a responsabilidade pela fiscalização e os protocolos relacionados à apreensão de mercadorias recai sobre a Prefeitura, que deve responder conforme a legislação vigente. Além disso, foi sugerido cautela ao se afirmar que não houve entrega de protocolos, já que, se isso for alegado, deve ser comprovado. No caso de vídeos, é importante destacar que, se houver alguma edição ou falta de detalhes, isso deve ser abordado com cuidado. A recomendação é de que o conselho faça o questionamento de forma cuidadosa, sem fazer afirmações precipitadas, para evitar mal-entendidos e garantir a precisão das informações.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Iria falar outra coisa e pelo que entendi é um caso de Xenofobia.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Não necessariamente.

O MUNÍCIPE ADRIANO: Não necessariamente, também têm brasileiros que sofrem violência com a Polícia.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Uma cidade, um país de imigrantes, ninguém pode falar, então vou aproveitar para falar sobre aquela resposta daquele officio.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Têm a resposta sim, acho que não te encaminhei me perdoa.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Iria falar no final, mas aproveitei a oportunidade.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Gostaria de ouvir o coronel Bexiga, foi feita a fiscalização que foi pedida.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Foi imediatamente, não teve retorno porque não te vi mais aqui. Então a obra que está sendo feita no gradil, ela está trocando uma grade que já existia lá a mais de 11 anos.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Na calçada não.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Na calçada da avenida São João ou na calçada de trás. Na calçada de trás segue a grade, na calçada da avenida São João na entrada têm uma grade ali.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Não o prédio está aqui, você tem a marquise atrás é diferente a marquise vai é diferente só têm um passeio pequeno na parte da avenida São João na rua do Boticário.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: O Boticário é na rua de trás.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: O Boticário é assim mesmo a calçada vai até a rua, na avenida São João vêm daí tem aquelas lojas que antigamente eram lojas de vinil quem frequenta lá sabe tem duas grandes lojas de disco vinil e agora onde tem a marquise eles fizeram na marquise, então quando você vai no passeio é berrante você olha e vê, você passa tem que desviar e sair da marquise e entrar novamente.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Então vou novamente quando você falou aqui fui lá, na rua do Boticário, porque lá eles estavam mexendo na grade, tiraram uma grade e colocaram outra, mais seguiam o mesmo alinhamento dá construção.

O CONSELHEIRO DIEGO SAMPAIO DIAS SPERB: Ali é normal o que acontece é na avenida São João porque se o senhor for lá vai ver, nunca tinha visto aquilo. Só tem uma possibilidade se os militares tem alguma prerrogativa porque lá vai ser uma Junta Militar lá. Fui falar com a pessoa que estava fazendo e ela falou assim a Subprefeitura veio aqui e já

foram embora.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Quando você veio aqui e conversou e tal entendi que era na rua do Boticário e estavam mexendo nas grades, tiraram a grade e colocaram uma diferente, vou lá novamente.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Então lá depois que vier o retorno passo para você Diego ok.

Item 10: Debate e providências sobre a verba remanescente do programa Orçamento Cidadão do PLOA 2025.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Explicou que foi publicada neste ano, de conhecimento de todos, uma Portaria da Secretaria da Fazenda, dispondo sobre os regramentos ao PLOA 2025, e as mudanças mais significativas em relação ao ano anterior, ocorreram nas propostas priorizadas pelo CPM, que foram 10 (dez), complementadas por mais 5 (cinco) de autoria do próprio CPM, além da análise de viabilidade ocorrer antes das fases de votação popular, neste ano. Sendo as declaradas viáveis, encaminhadas ao crivo da população, a priori limitadas ao orçamento já alocado para suas respectivas execuções no valor de 10 milhões. Aconteceu que a proposta segunda colocada possuía um orçamento de 9.5 milhões, o que excedeu o limite (de 10 milhões) se somado com o estimado pela primeira colocada, sendo necessário ser descartada, como o orçamento da terceira colocada somado com a primeira, alcançou algo em torno de 4 milhões, restou um saldo remanescente de aproximadamente 6 milhões, a ser deliberado com uma nova proposta pelo CPM/Sé, e informado a Secretaria da Fazenda até dia 29/11, conforme explicado em Audiência Pública devolutiva para a Sé, na semana anterior. O encaminhamento do Conselheiro, para que houvesse tempo aos Conselheiros consultarem seus territórios e trazerem novas propostas, seria fazer uma Reunião Extraordinária no dia 21/11 (portanto 17 dias, a contar da presente data), em razão do prazo que a Mesa Diretiva teria, para enviar a decisão do Pleno a tempo para SF/CC.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Não entendi, temos que enviar novas propostas, tinha entendido que novas propostas não poderiam.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Respondeu que teriam que enviar novas propostas, conforme explicou na sua fala anterior, e lembrou que não seria prudente enviar novamente as mesmas que já foram declaradas inviáveis, tampouco a que ultrapassou a estimativa de orçamento obviamente, mas lembrou que há algumas propostas boas de 2023, ou até mesmo, a tal pesquisa sobre a Cracolândia. Recordou que, à época, a mesma foi desconsiderada da verba dos 6 milhões de 2024, por conta do escopo da dotação orçamentária se referir a “Intervenção Urbana”, mas que ao PLOA 2025 não haveria essa limitação. E por fim, informou que embora a verba estivesse alocada na Subprefeitura, poderia haver ação conjunta com as Secretarias para realização da proposta, fato que também foi explicado na Audiência Devolutiva, mencionada anteriormente.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Mas a pesquisa tinha sido dada com inviável no PLOA.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Estava olhando aqui teve o recurso também do Jurubatuba Mirim daquela revitalização do Jurubatuba Mirim e também o Corredor Verde, na verdade, esse Corredor Verde e uma ligação de Praças com Parques, às Praças que têm Parques próximos fazer uma conexão essa proposta foi dada como inviável, aí acho interessante em relação ao Jurubatuba Mirim acho que ouve uma série de coisas. Já que estão todos os conselheiros presentes, vamos escolher a data hoje então.

O CONSELHEIRO FÁBIO BENINI CABRAL: Reforçou a sugestão para dia 21/11, por haver duas semanas de prazo, o que proporciona tempo para os Conselheiros trazerem novas sugestões. E aproveitou para esclarecer que, caso as propostas, ou a proposta enviada seja considerada inviável, a verba remanescente ficaria disponível para a Sub Sé em

2025, visto que a verba já foi alocada dos 320 milhões destinados ao CPM, estando garantida na Lei Orçamentária de 2025, ou seja, nenhum Vereador poderá dispô-la.

O SENHOR CORONEL BEXIGA: Em um cenário desfavorável, caso a sugestão não seja viável ou a verba não seja liberada como esperado, a recomendação é aproveitar o canal de interlocução com a Subprefeitura para indicar obras viáveis dentro de seu orçamento. Isso pode incluir, por exemplo, a melhoria daquela praça no Pacaembu, que já foi uma necessidade identificada. A ideia é sugerir soluções pontuais que possam ser executadas com a verba disponível, sempre considerando que, mesmo que a verba não tenha sido originalmente prevista, ela está no orçamento da Subprefeitura. A sugestão é feita como uma recomendação, não como uma imposição, e pode ser lembrada para o ano seguinte, com novos conselheiros ou interlocutores.

A COORDENADORA MÁRCIA REGINA MIGUEL RODRIGUES: Conselheiros, vocês estão de acordo de nós fazermos uma Reunião Extraordinária no dia 21 de novembro, remota?

O PLENO APROVOU A REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O DIA 21 DE NOVEMBRO ÀS 19:00.

Item 11: Informes Gerais e encerramento da reunião.

O MUNÍCIPE CLEBSON CHARLES DE MENEZES SOUZA: No dia 17 deste mês no domingo, nós estamos com o projeto nossas Praças nosso laser que têm como propósito os munícipes, moradores reclamarem o uso das praças com eventos públicos, então nós estamos trazendo três grandes apresentações e para finalizar esse evento tem uma roda de samba, todas as trações ao nível colaborativo, estão se doando esses artistas para a cidade para todos então é muito importante nós fortalecemos este vínculo e retomarmos nossas praças para laser. Vai ser no Largo do Arouche, a primeira vai ser na República no horário das 10:00 da manhã e às 17:00 no domingo.

A COORDENADORA MÁRCIA MIGUEL RODRIGUES: Agradeço a participação de todos e a reunião está encerrada, boa noite.

Após os agradecimentos da coordenação e autoridade presente, deu-se o encerramento exatamente às 21h20m da reunião ordinária presencial na sede da Subprefeitura Sé.



João Batista Ferreira Alves
Assistente de Suporte Operacional
Em 27/12/2024, às 14:05.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **117096485** e o código CRC **F695EDBB**.